

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVIII
VOLUME 26
(ABR-JUN)
2017
PP. 318-335.

O RIO SÃO FRANCISCO COMO ESTEIO DA NAÇÃO: NOTAS SOBRE OS ENSAIOS DE GERALDO ROCHA E WILSON LINS

Eudes Marciel Barros Guimarães

Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP-Franca
eudesembg@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em fazer uma análise historiográfica dos ensaios de dois autores que tiveram como foco de seus trabalhos o rio São Francisco. Em 1942, o engenheiro Geraldo Rocha (1881 - 1959) publicou *O Rio São Francisco*: fator precípua da existência do Brasil; dez anos depois, o jornalista Wilson Lins (1920 - 2004) fez publicar *O Médio São Francisco*: uma sociedade de pastores guerreiros. Em pouco tempo, esses ensaios ganharam notoriedade e passaram a ter ampla circulação. Se o primeiro enfatiza o fator geográfico, o segundo tem como foco os elementos étnicos, mas ambos tomam o rio São Francisco como lugar privilegiado para pensar os destinos do Brasil como nação.

Palavras-chave: Rio São Francisco; Geraldo Rocha; Wilson Lins; historiografia.

ABSTRACT

The arms of this article is to make a historiographical analysis of the essays of two authors that focused on the São Francisco River. In 1942, the engineer Geraldo Rocha (1881 - 1959) published *The São Francisco River*: the main factor of the existence of Brazil; Ten years later, the journalist Wilson Lins (1920 - 2004) published *The Middle San Francisco*: a society of warrior shepherds. In a short time, these essays gained notoriety and began to have wide circulation. If the former emphasizes the geographic factor, the latter focuses on the ethnic elements, but both take the São Francisco River as a privileged place to think of the destiny of Brazil as a nation.

Keywords: São Francisco River, Geraldo Rocha, Wilson Lins, historiography

Introdução

“Estamos diante de um duro dilema: ou dominamos o São Francisco ou o Brasil desaparecerá como grande Nação.”

Geraldo Rocha

“Aquela humanidade rude, filha do amplexo feroz de duas raças que se odiaram, plasmada nos rigores de um clima hostil, de repente, sentiu-se atirada no insulamento de um deserto sem portas de saída.”

Wilson Lins

Muito se escreveu sobre o rio São Francisco. Entre relatos de viajantes (KURY, 2012), livros de ficção, estudos geomorfológicos, teses etnográficas e sociológicas, ocorreu aos escritores, por diversas vezes, a necessidade de historicizar esse rio, cuja importância era ressaltada nas teses sobre o povoamento e ocupação das terras do interior brasileiro.

Estudos de natureza científica começaram a despontar em fins do Oitocentos, quando das investidas do governo imperial no interior do país a propósito dos planos ferroviários,

além da premente necessidade de (re)conhecimento do território que compreendia os imensos sertões. Desse período, Theodoro Sampaio talvez tenha legado o relato que ganharia maior notoriedade.ⁱ Mas foi, efetivamente, em meados do século XX que surgiram pesquisas mais sistematizadas sobre o vale do São Francisco. Interessa notar que, nesse momento, grande parte das pesquisas foi realizada por engenheiros encarregados pela expansão de redes ferroviárias e telegráficas e de projetos hidroviários.

Entre as décadas de 1940 e 1970 o vale do São Francisco ganhou grande visibilidade nos cenários cultural e científico. Em 1942, o engenheiro Geraldo Rochaⁱⁱ publicou *O Rio São Francisco*: fator precípua da existência do Brasil; dez anos depois saiu *O Médio São Francisco*: uma sociedade de pastores guerreiros, do jornalista Wilson Linsⁱⁱⁱ. Esses dois livros logo ocuparam lugar notório sobre o tema e passaram a integrar a coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional.

Outros trabalhos merecem destaque. Em 1972 foi publicado, em três tomos, o volumoso *O homem no vale do*

São Francisco, coordenado pelo pesquisador Donald Pierson, que liderou uma equipe de etnólogos e sociólogos durante vários anos de estudos sobre o modo de vida dos ribeirinhos. No final da década de 1940, os fotógrafos franceses Marcel Gautherot e Pierre Verger, na companhia um do outro, percorreram longos trechos do rio e fizeram diversos registros visuais – documentos que até hoje foram pouco estudadas na historiografia. Suas imagens foram publicadas em livros e revistas de circulação nacional e internacional; e a série de fotografias sobre as carrancas e as embarcações realizada por Gautherot intrigou interessados nas expressões culturais das populações ribeirinhas (MAMMÌ, 2015). Ademais, é preciso pontuar que o São Francisco marcou decisivamente um lugar no imaginário literário brasileiro com a publicação, em 1956, de *Grande sertão: veredas*, em que o jagunço letrado Riobaldo toma a palavra: “Agora, por aqui, o senhor já viu: rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão” (ROSA, 1972, p. 59).

Sabe-se do rico simbolismo dos oceanos, mares e rios no

imaginário de diversas sociedades. Às águas, “a maior parte das civilizações atribui um poder cósmico mágico, de fonte de vida, simbolismo universal de fecundação, de fertilização e de poder regenerador, origem da Criação” (MENESES, 2002, p. 15). Por conseguinte, historiadores dedicaram-se a escrever a história de rios.^{iv} Assim fez Lucien Febvre em *O Reno: história, mitos e realidades*, publicado pela primeira vez em 1935. Nesse estudo, feito sob a perspectiva da “geografia histórica”, Febvre esforça-se para desmistificar a história até então contada sobre o Reno. Na apresentação da mais recente edição do livro, Peter Schöttler (2000, p. 7) escreveu: “Mais que um rio, o Reno foi sempre um complexo de engrenagens: políticas, econômicas e culturais”. Logo adiante, coloca-o num lugar de destaque: “Os rios também têm uma história. Mas o Reno não é um rio como os outros” (SCHÖTTLER, 2000, p. 9). E assim segue apontando os elementos que o tornam um rio fora do comum.

A mesma estratégia narrativa foi usada por Geraldo Rocha e Wilson Lins quando deram ao São Francisco um lugar

privilegiado na construção da história nacional. A propósito, para eles, esse rio e a formação da nação brasileira eram indissociáveis. Publicados em anos bastante próximos, esses dois ensaios ganham destaque quando colocam o rio São Francisco como lugar determinante na configuração da geografia nacional e na integração do território tão decisivas nas políticas de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek. Neles estão as formas de constituição da história do São Francisco elaboradas em meados do século XX. Por esse motivo, procuro esboçar, nas linhas seguintes, uma interpretação dos textos desses dois autores, buscando entender os modos como deram sentido ao passado, sem perderem de vista o presente e o futuro.

A história do rio como história da unidade da nação

Partindo do argumento de que “foi o vale do São Francisco o condutor do desbravamento e aproveitamento econômico da maior parte do território nacional”, Geraldo

Rocha conduziu sua narrativa com grande esforço para legitimar o São Francisco como “o rio da unidade nacional” (ROCHA, 1983, p. 15). Por conseguinte, todo o esboço histórico que elaborou esteve calcado na análise do passado e do presente como forma de conhecimento das potencialidades do vale e dos erros a serem corrigidos em seu aproveitamento. O principal objetivo, portanto, consistiu em conceber um futuro com potente fertilidade econômica. Nesse sentido, é preciso dizer mais uma vez que o *topos* da “unidade nacional” guiou todo esse esforço. Na verdade, o autor foi mais longe, pois conferiu ao rio o “fator precípua da existência do Brasil”, como se vê no subtítulo do livro. Para sustentar o seu ponto de vista, recorreu a nomes como João Ribeiro, Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso que,

analisando os fenômenos da nossa História chegaram à conclusão de que devemos a nossa unidade quase exclusivamente ao fator geográfico resultante da existência do grande curso d'água navegável que une partes longínquas, do país, em pleno *hinterland* brasileiro (ROCHA, 1983, p. 16).

Ou seja, trata-se de uma tese, naquele momento, já consolidada no terreno científico. Coube ao Geraldo Rocha levá-la ao ponto máximo, recorrendo não somente ao passado brasileiro, mas também à historicidade de outras bacias hidrográficas que outrora sustentaram ou ainda sustentavam civilizações inteiras. Eram os casos do Nilo e do Níger na África, do Yangtsé-Kiang e do Min-Kiang na China, do Loire e do Garona na França, e do Danúbio na Alemanha. Retornarei a essa questão posteriormente, mas cabe notar, aqui, a estratégia comparativa utilizada pelo autor com o fim de mostrar como outros continentes e países se desenvolveram, ou entraram em desgraça, em função do bom ou mau aproveitamento dos seus rios.

O engenheiro não discorreu mais detidamente sobre o que entendia por nação, mas se pode dizer que se tratava, em sua perspectiva, de um conceito pré-estabelecido. O que acabou sendo ressaltado foi o fator geográfico. Logo, se Geraldo Rocha não se deteve especificamente na definição do conceito de nação, ele pode ser considerado um dos autores de

sua época que legou um material bastante pertinente para quem deseja perscrutar os usos históricos da natureza e da geografia física na concepção da vida nacional. Uma vida que, em sua integridade, não seria possível sem as vias hidrográficas. Nesse sentido, o autor não deixou de comparar as Américas portuguesa e espanhola, atribuindo à fragmentação desta última a ausência de redes hidroviárias que constituíssem um sistema nervoso tal como corpo humano. Quer dizer: embora de dimensão continental, o Brasil permaneceu unido devido às ramificações de rios que o sustentam como artérias, sendo a principal delas o São Francisco.

Poderíamos partir do entendimento de que a narrativa de Geraldo Rocha tem por base todo um sentido metonímico. Sendo assim, diríamos que o Rio São Francisco foi tomado como figura de linguagem na construção de uma narrativa sobre a existência da nação e do nacional. Poderíamos, inclusive, aproximá-lo do campo ficcional, a exemplo de Guimarães Rosa, que tomou o mesmo rio num sentido

metonímico e metafórico – “a um só tempo mítico e geográfico, realidade mágica e emblema paisagístico, elemento estruturador do enredo e do espaço narrativo” (MENESES, 2002, p. 14) –, no intuito de dar um sentido para o Brasil a partir dos sertões. Não me parece, porém, que seja o caso do engenheiro.

Ora, para Rocha, o rio São Francisco não se tratava apenas de um *topos*, de um lugar privilegiado para pensar a nação. Ele se consubstanciava como fator sem o qual a nação jamais existiria por completo. Não se pode dizer, ainda, segundo a análise do engenheiro, que no rio São Francisco se encontrava, solidificados, os elementos da nação, porque ela se projeta num futuro. O São Francisco assegurou a existência do Brasil como um corpo, isto é, como um território unificado. No entanto – sempre na perspectiva de Rocha – se não houver o aproveitamento adequado do vale e de suas potencialidades, poderá ocorrer o mesmo que ocorreu com civilizações africanas: o Brasil se despedaçará em ruínas.

Detenhamo-nos um pouco mais nessa questão. Rocha

procurou demonstrar, ao longo do livro, como os descuidos no domínio do vale são-franciscano ameaçaram e ameaçavam a existência do país no caminho de uma nação fortalecida. A propósito, o autor sublinhou que “dominar os caprichos do São Francisco, aproveitando o seu vasto vale para a cultura mecânica, é assegurar a defesa, a integridade e a independência do Brasil” (ROCHA, 1983, p. 238). Logo adiante, assinala que, naquela bacia, “todas as terras devem ser desapropriadas, voltando ao domínio da Nação, a fim de que o organismo encarregado de utilizá-las possa dispor de autonomia necessária para impor métodos de cultura [...]” (ROCHA, 1983, p. 285). Trata-se de uma visão impositiva, como se no decorrer da ocupação da bacia não tivesse sido gestado um sentimento nacional nos seus habitantes. Desse modo, a nação não poderia ser pensada *a partir* desses habitantes. Nação, para Geraldo Rocha, confundia-se com o Estado, e este se reduz a um conjunto de homens a quem estavam assegurados os direcionamentos do destino nacional.

Por conseguinte, o povo sertanejo, de quem tanto falou

Rocha ao longo do seu livro, deveria, portanto, ser disciplinado aos moldes dos métodos do trabalho moderno, ou seja, como mão-de-obra da indústria agrícola mecanizada, que seria, por sua vez, a maior responsável pelo futuro grandioso do país. Na visão do engenheiro, este povo, ao qual chamou de “massa anônima” e enalteceu sua coragem e disposição para as tarefas mais duras, não seria capaz, por si só, de desenvolver métodos eficientes de cultivo e disciplinarização do trabalho diário. No entanto, diferentemente das teses do início do século XX que dotavam o trabalhador nacional de preguiça e indolência, nos moldes do personagem Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato (NAXARA, 1998), os remeiros e vaqueiros do São Francisco, segundo Rocha, tinham o traço da valentia, pois enfrentavam grandes desafios impostos pela natureza hostil das caatingas e das corredeiras. Todavia, essa mesma natureza intempestiva impôs uma rotina de trabalho imprevisível e contrária à disciplina. Com o desejado domínio do vale, através dos projetos da engenharia de ponta e da mecanização da lavoura, ou seja, com o domínio da ciência

sobre a natureza, os trabalhadores também poderiam ser disciplinados.

Nessa altura, o autor passa a tratar de uma característica cara à representação do passado brasileiro. Alguns anos antes da publicação do livro de Rocha, Sérgio Buarque de Holanda havia publicado *Raízes do Brasil* e escreveu um capítulo intitulado “trabalho & aventura”. Para Buarque de Holanda, o que caracterizava a colonização da América Portuguesa era o caráter aventureiro do colonizador, com sua ânsia de prosperidade sem custos, que desejava colher os frutos sem ter que plantar ou cultivar a árvore (HOLANDA, 1995). Rocha se apropriou dessa tese e conferiu uma denominação ainda mais dura: “eternos vândalos”. Para ele,

O esforço do homem, no Brasil, sempre se ressentiu de falta de estabilidade e de base na luta pela existência. Desde os primeiros tempos da Colônia, entre nós outros, ele tem sido um vândalo, destruidor das messes que a Natureza generosa pôs ao seu dispor, sem cogitar de preservá-la para o dia seguinte (ROCHA, 1983, p. 25).

E isso se refletia no presente: “Revelamo-nos, assim, um

povo de incapazes, de destruidores de recursos naturais, de imprevidentes que não cogitam do dia de amanhã” (ROCHA, 1983, p. 29) – algo que poderia ter desdobramentos no futuro caso não houvesse investimentos sistematizados e bem planejados em longo prazo, efetivados pelos “homens de ciência”. Além do mais, desponta aqui uma preocupação ecológica, não aos moldes de uma defesa pela preservação ambiental, mas uma preocupação calcada no aproveitamento econômico, no planejamento sistemático e contra o desperdício das propriedades naturais. A partir de então, no seu texto, o autor reconstruiu experiências históricas ocorridas em outros países quanto aos usos de suas bacias hidrográficas. Essa estratégia narrativa tinha dois escopos: mostrar o que deveria e o que não deveria ser feito no aproveitamento do São Francisco, pois a história de outros lugares poderia servir de aprendizado aos homens do presente responsáveis pelos projetos de irrigação do vale.

A parte oriental da África era um caso exemplar. Geraldo Rocha discorreu sobre os sistemas de irrigação usados

no Egito desde os faraós aos engenheiros franceses de meados do século XIX. O que ele chamou de “tragédia africana” consistia na dureza climática que chegava a temperaturas causticantes de 50 graus. Constatou, além disso, as primitivas máquinas empregadas na bacia do Nilo e a pobreza da região: “O Egito é um país pobre de combustível. Não tem carvão, não tem petróleo, e não dispõe também de matas que possam fornecer combustível vegetal” (ROCHA, 1983, p. 164). No caso do São Francisco, a vegetação das caatingas forneceriam combustível de melhor qualidade do que as utilizadas no vale do Nilo.

O autor ainda recorreu aos continentes asiático e europeu. No capítulo que ele deu o título de “o exemplo da China”, aproxima este país ao Brasil pela semelhança da dimensão territorial. A diferença era que o solo chinês vinha sendo trabalhado há milênios, enquanto que o solo brasileiro “permanece quase virgem”. Escreveu ainda que, “com arte maravilhosa, o chinês aproveita as escarpas das colinas, construindo tabuleiros artificiais engenhosamente dispostos”,

por isso se tornara uma das áreas mais bem cultivadas do mundo: “Esta prosperidade data de 2.100 anos, quando o engenheiro Li-Ping e seu filho estabeleceram a rede de canais de irrigação depois de construírem uma barragem retendo as águas do Min-Kiang” (ROCHA, 1983, p. 194). Tal solidez de um projeto milenar contrastava com a instabilidade de um país ainda por fazer, tal como era o Brasil.

No mesmo tom que tratou da China o autor analisou o caso da Europa, cujos planos de irrigação bem sucedidos sustentavam países como Espanha, Portugal, França, Itália e Alemanha. Em algumas dessas regiões europeias, os cursos d’água represados “irrigam terras e fornecem energia hidroelétrica para o uso de aldeias e para movimentar ferrovias” (ROCHA, 1983, p. 209). Daí para o vaticínio de Geraldo Rocha logo no início do seu livro: “Estamos diante de um duro dilema: ou dominamos o São Francisco ou o Brasil desaparecerá como grande Nação” (ROCHA, 1983, p. 30). Nesse caso, não devemos nos esquecer que o livro foi escrito no momento da Segunda Guerra Mundial, cujas proporções

deixaram o autor temeroso quanto ao futuro da humanidade. Sua preocupação com o devir derivava desse clima de instabilidade. O Brasil, com suas mal traçadas linhas ferroviárias, como um país historicamente calcado na aventura e não no trabalho, com o mau aproveitamento dos recursos naturais, corria o risco de desaparecer. A importância do rio São Francisco estava na capacidade de assegurar a unidade do território.

É intrigante, porém, o fato de Rocha colocar em segundo plano e até mesmo desconsiderar outras redes hidroviárias de importância fundamental para o Brasil. Certamente não era por desconhecimento, uma vez que o engenheiro percorreu diversas partes do país e participou de projetos ousados como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Interessante notar, nesse sentido, que a defesa de rios como responsáveis pela integração nacional não era exclusiva ao São Francisco. No século XIX, o General Couto de Magalhães percorreu a bacia do Araguaia e concluiu que ela era decisiva na unidade do território brasileiro:

Na sua perspectiva, O Araguaia poderia tornar-se verdadeira “artéria da civilização”, caminho pelo qual ela seria levada aos “desertos” e “esplêndidos sertões” da província de Goiás. Interligações terrestres e fluviais: o vapor, símbolo por excelência da modernidade no século XIX, seria a força motriz a integrar a bacia do Prata à do Amazonas, conferindo ao país uma *costa interior* e abrindo possibilidades de integração do todo nacional (NAXARA, 2015).

Quando Geraldo Rocha escolheu o São Francisco como o “rio da unidade nacional” e “fator precípua da existência do Brasil” esteve operando dentro do campo da visibilidade e da invisibilidade. Ele dá ao São Francisco um lugar que poderia ser também do Amazonas ou do Araguaia. É claro que estava em jogo o chamariz para investimentos públicos, mas também a dimensão da afetividade, uma vez que o autor nasceu e viveu grande parte da vida nos sertões são-franciscanos. Para além dessas questões, ressaltam as disputas historiográficas: para dominar o São Francisco e elegê-lo como o grande rio do Brasil, era preciso construir um passado que conferisse a ele tal importância.

A história do rio como história do sangue dos “pastores guerreiros”

Grande parte da produção escrita de Wilson Lins versa sobre as estruturas de poder nos sertões do São Francisco. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*, publicado no início dos anos 1950, é o seu ensaio mais conhecido. No decorrer da década seguinte, o jornalista fez publicar três romances históricos que constituem uma trilogia sobre o período mais intenso do coronelismo no interior baiano. O autor, vindo de uma família de coronéis, conhecia a fundo as guerras familiares, as disputas pelo poder e pelos valores sociais vigentes. No livro em questão, ele buscou analisar a formação de uma sociedade personalista e conflituosa, que ganhou, na sua perspectiva, traços positivos e elogiosos. Se Geraldo Rocha estruturou sua interpretação do vale do São Francisco privilegiando a geografia física, Wilson Lins, por sua vez, tratou de focalizar os elementos étnicos.

Nesse sentido, para este último, a representação do passado do vale passava, incontornavelmente, pelo “cruzamento dos velhos descendentes dos primeiros povoadores com os elementos novos de outras raças, que ali chegam do litoral” (LINS, 1983, p. 24).

A geografia tinha o seu lugar, mas era o homem – os “pastores guerreiros” – o traço mais consistente que dava ao vale um lugar de destaque no cenário nacional. A propósito, diferentemente de Geraldo Rocha, que viu o rio no seu todo, desde o nascedouro em Minas Gerais até o limite do oceano, Lins delimitou o seu espaço de análise: a parte baiana que vai desde as fronteiras com Minas até as proximidades com Pernambuco: o *médio* São Francisco. Além disso, a caracterização geomorfológica está toda baseada em *Os sertões* de Euclides da Cunha:

A terra, imensamente vasta, era, a um só tempo, a graça e o castigo para aquela gente feita de suor nas canseiras da penetração improfícua, do desbravamento inútil. Sós, perdidamente sós, aqueles homens construía, inconscientemente, sem plano e sem esperanças, uma civilização à parte, uma sociedade de proscritos econômicos

dentro do deserto cinzento. O sol e o rio constituíam os elementos de riqueza e de miséria da zona insulada pela distância (LINS, 1983, p. 35).

A força de *Os sertões* tornou-se referência quase obrigatória, para dizer o mínimo, nos estudos sobre o interior do país em que a categoria “sertão” tem sido mobilizada. Sabe-se que Euclides da Cunha adotou o ponto de vista de um narrador externo, como aquele que se autoriza a falar sobre um lugar de forma “sincera”, organizando o seu discurso tal como um observador que sobe a montanha e narra o que se passa no seu campo de observação (BOLLE, 2004). Essa força maior do livro de Euclides, como narrativa estruturante do pensamento e do imaginário sobre a região central do Brasil, foi arrefecida com a recepção de *Grande sertão: veredas*, considerado por alguns críticos como a “reescrita” de *Os sertões* (BOLLE, 2004). Dessa vez, porém, ao contrário do observador que sobe a montanha e narra “de fora”, o narrador roseano fala “de dentro”, como alguém que concebe o sertão a partir de travessias: travessia do Liso do Sussuarão, travessia do rio São

Francisco. Por isso, de acordo com o personagem de Guimarães Rosa, “o sertão está dentro da gente”.

Seja como for, adotando o ponto de vista euclidiano, Wilson Lins concebe um tom dramático de luta pela sobrevivência, a princípio por causa das intempéries naturais, posteriormente por causa das “honras feridas”, camuflando, assim, as disputas entre latifundiários que ocasionaram a desapropriação ilegal de terrenos e o empobrecimento de grande parte da população são-franciscana – questão que será retomada mais adiante.

Hostilidade extrema da terra, “penetração improfícua”, “desbravamento inútil” – tais caracterizações foram mobilizadas para assinalar o traço heroico, ou melhor, “guerreiro”, dos habitantes do vale do São Francisco – homens que domaram a terra impossível de ser domada. Logo no sumário nos damos conta da divisão temporal proposta por Lins. Os dois primeiros capítulos tratam do povoamento do vale e do surgimento de um povo com “sangue no olho”, nesse sentido, o passado adquire um tom épico como se vê nos

títulos emblemáticos: “O deserto engoliu o homem” e “Prometeu quebra os grilhões”. O presente é caracterizado pelas forças políticas do coronelismo, pelos usos sociais do vale e o fervoroso imaginário social, em quatro capítulos: “O bacamarte abre caminho ao progresso”, “Setecentas léguas de água não matam a sede de justiça”, “Vazante, caatinga e brejo” e, finalmente, “Religião e folclore”. O último capítulo, “O rio ameaçado”, conduz a um horizonte de expectativas sombrias. Cabe, aqui, analisar como se sustenta essa divisão tripartite do tempo, cujo distanciamento entre cada uma das partes se torna evidente: o passado em que a natureza sobrepunha-se indomável e que fez surgir uma “sociedade de proscritos econômicos dentro do deserto cinzento”; o presente de coronéis e jagunços obstinados, de crenças e devoções dos ribeirinhos; e o futuro ameaçado pela a possibilidade de desaparecimento do rio.

Já tratei da caracterização da terra indômita realizada por Lins a partir da leitura de Euclides da Cunha. O *topos* do deserto deu os tons dramático e épico à aventura da conquista

e colonização do vale. Nessa altura, o autor não perdeu de vista os nomes de colonizadores que encabeçaram o surgimento de troncos familiares que se projetavam até o presente. O povoamento foi feito de modo lento e a duras penas, sendo que o enriquecimento e a formação de famílias ocorreram ao custo do extermínio indígena e outras formas de violência. Houve, no entanto, uma mistura de “novos e velhos elementos étnicos” no decorrer dos séculos, o que levou à formação de uma sociedade bastante peculiar, uma “civilização à parte”. Nesse sentido, há uma diferenciação entre as gentes do médio São Francisco e o restante do país. Perde-se de vista, então, o *topos* da unidade nacional e coloca-se em xeque a própria ideia de nação como um todo, em função da singularidade civilizacional dos ribeirinhos. Passado e presente se confundiam e se distanciavam ao mesmo tempo:

Os velhos troncos das antigas famílias resistem ao tempo. Uma raça forte, nascida, no dizer de Euclides, “de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”, isto é, do português dominador e do índio dominado, não quer abrir mão do direito secular de ser a primeira no vale, de ter sob o seu poder a posse de todas as riquezas da terra. Daí a resistência

ao cruzamento com outras raças, resistência hoje sutil, quase imperceptível, mas ainda ferrenha, inquebrantável (LINS, 1983, p. 24).

Essa defesa da singularidade perde sua sustentação quando observamos que os mesmos argumentos usados por Wilson Lins para o médio São Francisco poderiam ser aplicados em outras partes do país ou nele como um todo. O próprio Euclides, ao falar do sertão de Canudos, está tratando do Brasil inteiro – basta lembrar o que disse o sanitarista Afrânio Peixoto a propósito da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República: “Não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da avenida” (HOCHMAN, 1998). Ademais, as teses do cruzamento de raças e da miscigenação tornaram-se, desde o século XIX, talvez as mais paradigmáticas para pensar o povo brasileiro.

O que diz o autor sobre a “raça forte” e sua “resistência ao cruzamento com outras raças” é pouco substancial, a não ser se partirmos para outra questão: quando se nota que essa noção de raça desliza da biologia e cai muito mais na arena da

política. É como se o autor estivesse sapateando para explicar o *status quo* das famílias que permaneceram no poder e que deram bases para a estruturação do coronelismo. Suspeito que ele estivesse buscando na biologia – no conceito de raça – a justificativa de determinada camada social não querer “abrir mão do direito secular de ser a primeira no vale”! Daí para a camuflagem dos conflitos latifundiários desairosos, da pobreza extrema de grande parte daquela população, da desapropriação desmedida de terras e do êxodo de muitas famílias empobrecidas que se destinavam para o sul e sudeste, notadamente São Paulo. Estudos históricos mais recentes têm se debruçado sobre essa questão:

a acessibilidade à terra no Vale do São Francisco só era franqueada dentro de um quadro de relações que não punha em questão a estrutura fundiária da região, mais que isso, ela reforçava as relações de poder e de mando dos latifundiários. Nessa perspectiva, o questionamento à estrutura fundiária, digamos assim, partia, em geral, de quadros pertencentes aos próprios fazendeiros ou lideranças emergentes (disputas por causa das “estremas” e de prestígio político, entre outros) (ESTRELA, 2009, p. 121).

Pelo caminho que escolheu, Lins focalizou o presente justificando a permanência da “raça forte” circunstanciada pelo passado de bravura e processo de dominação de uma terra indomável. Por isso mesmo, fez uma inversão artificiosa das situações conflituosas que marcavam aquele momento: o derramamento de sangue, a defesa ferrenha da propriedade, a “tradição de prepotência” e a sede de dominação eram características devedoras de um passado cuja marca maior foi a luta contra a hostilidade da terra – um deserto que engoliu o homem e o fez insurgente. Daí para a inversão que elaborou: tratava-se, pois, não de uma sociedade marcada pela mera violência, mas marcada pela sede de justiça. Característica permanente, surgida das duras circunstâncias da conquista e do povoamento, ela se projeta agora para além de qualquer circunstância histórica, pois o passado definiu o espírito dos “pastores guerreiros” e fez levar à conclusão de que “setecentas léguas de água não matam a sede de justiça”!

Lins fez uma clara distinção social entre os habitantes do São Francisco: “O homem comum, o homem do povo, no vale,

experimenta um tipo de existência que, não sendo de todo miserável, é de extremo pauperismo”. No entanto, as causas desse pauperismo não são perscrutadas. Pelo contrário, o autor tencionou, mais uma vez, ressaltar o aspecto da obstinação, do mesmo modo que o fez Geraldo Rocha, traçando um perfil de valentia e resistência. O folclore e a religião são tomados como sustentáculos e definidores do modo de vida da população mais pobre, merecendo um tratamento à parte, como se fosse uma dimensão fora das outras esferas, fora, enfim, da esfera política.

“O São Francisco é um mundo”, concluiu Wilson Lins (1983, p. 84). Um mundo marcado pelas intempéries na luta pela vida, pela insurreição do homem contra a natureza e pela sede de justiça que definem o espírito guerreiro dos pastores ribeirinhos. Porém, um grande desafio projetava-se no futuro e ameaçava a existência do rio. Nesse momento, o autor recorreu às teses de que se não fossem levados a cabo projetos modernizadores da engenharia de ponta, problemas sérios poderiam abalar a região e o país. Daí para a conclusão:

“concordo inteiramente com Geraldo Rocha, que soube ver o problema com bom senso, tendo honestidade bastante para não calar diante do silêncio da História” (LINS, 1983, p. 140).

Considerações finais

Os estudos de Geraldo Rocha e Wilson Lins, bem como outros escritos realizados na primeira metade do século XX, a propósito dos sertões do São Francisco, constituem fontes fundamentais para pensar os jogos e conflitos dentro do campo das representações. Partindo da história da historiografia como chave de leitura, a interpretação se adensa quando lidamos com representações do passado e com regimes de historicidade, na acepção de François Hartog. No caso dos dois textos analisados ao longo deste artigo, vemos duas formas diferentes de concepção histórica, logo, duas formas distintas de escrever a história: de um lado, um engenheiro que projetou no futuro do rio o futuro da nação, privilegiando a geografia e o território, utilizando-se de comparações no tempo e no

espaço para propor a melhor forma de irrigação do vale; de outro lado, um jornalista e político que desdobrou sua interpretação sobre as etnias que deram singularidade aos habitantes ribeirinhos, tomados como “pastores guerreiros”. Este último autor ressaltando a valentia dos homens do São Francisco constituída no duro período da conquista, o primeiro propondo disciplinar os modos de trabalho desses mesmos homens que, embora valentes, não tinham consistência, por si só, para erigir o futuro nacional, a não ser se fossem disciplinados nos moldes na agropecuária moderna.

Constituem, portanto, formas de ver e conceber os sertões do São Francisco. Cabe ao historiador compreender os jogos de representação, as transformações históricas do olhar, as seleções temáticas e os modos de concebê-las. Geraldo Rocha e Wilson Lins percorreram o interior baiano e elegeram o rio São Francisco como tema de seus trabalhos. Por isso, considero necessário sondar mais a fundo suas motivações, escolhas e lugares de produção, bem como o lugar de suas obras no cenário cultural brasileiro no período em que foram

realizadas.

REFERÊNCIAS

- BOLLE, Willi. **grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2004.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- ESTRELA, Ely Souza. Um rio de memórias: o modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 41, jul./dez. 2009, p. 115-139.
- FEBVRE, Lucien. **O Reno**: história, mitos e realidade. Trad. Eliana Aguiar Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Trad. Maria Helena Martins et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. “Logo ali, no final da avenida”: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. V, suplemento, 1998, p. 217-235.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURY, Lorelai Brilhante. Viajantes naturalistas no Rio São Francisco. In: SIQUEIRA FILHO, José Alves de (org.). **Flora das caatingas do Rio São Francisco**: história natural e conservação. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio 2012, p. 66-97.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15; Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco**: uma sociedade de pastores guerreiros [1952]. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MAMMÌ, Lorenzo (org.). **A viagem das carrancas**. São

Paulo: Martins Fontes, Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro, Instituto Moreira Salles, 2015.

MENESES, Adélia Bezerra de. Matéria vertente: *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa e o Rio São Francisco. **Remate de Males**, Campinas, v. 22, n. 22, 2002, p. 9-23.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Duas viagens, duas temporalidades: “Viagem ao Araguaia” e “Encantos do Oeste” (General Couto de Magalhães [1863] e Agenor Couto de Magalhães [1945]). Texto apresentado no **III Colóquio Internacional Interdisciplinar Literatura, Viagem e Turismo Cultural** no Brasil, em França e em Portugal. Lisboa, 2015.

_____. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Annablume, 1998.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Suvalde, 1972. 3 tomos.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco**: fator precípua de existência do Brasil [1942]. 3. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; CODEVASF, 1983, p. 15.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem – 1879-1880. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

NOTAS

ⁱ Trata-se do relato de viagem ao Rio São Francisco e à Chapada Diamantina, na Bahia, entre os anos 1879 e 1880. O relato teve diversas publicações, como livros e em revistas, incluindo na Revista do IHGB. A última edição disponível saiu pela Companhia das Letras, comentada por José Carlos Barreto Santana.

ⁱⁱ Antônio Geraldo Rocha Filho (1981-1959), nasceu em Barra-BA. Formado em Engenharia, participou da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Foi bastante ativo durante o governo Vargas, propondo empreitadas no vale do São Francisco.

ⁱⁱⁱ Wilson Mascarenhas Lins de Albuquerque (1920-2004), nasceu em Pilão Arcado-BA. Foi jornalista e ocupou cargos legislativos na Bahia. Entre os seus escritos, encontram-se livros de ficção e ensaios históricos, filosóficos e sociológicos.

^{iv} Ver, por exemplo, o livro de Victor Leonardi intitulado *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, no qual o autor procura mostrar a importância do rio Jaú para a bacia do Amazonas.

Recebido em: 19/06/2017.

Aprovado em: 30/07/2017.

Publicado em: 28/08/2017.